

TENTOS S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

BR 285, KM 461,5, SALA A, FUNDOS – IJUÍ/RS

CNPJ: 41.198.340/0001-71

Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2022**Demonstrativos compreendidos:**

- Relatório da Administração;
- Relatório dos Auditores Independentes.
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração de Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas;

Demonstrações divulgadas no site: <https://www.tentoscap.com.br> em 23/03/2023

A Diretoria da TentosCap declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

Luiz Pedro Utzig DumoncelDiretor Financeiro e de
Operações

Marcelo Dumoncel Tagliari

Diretor de Controladoria

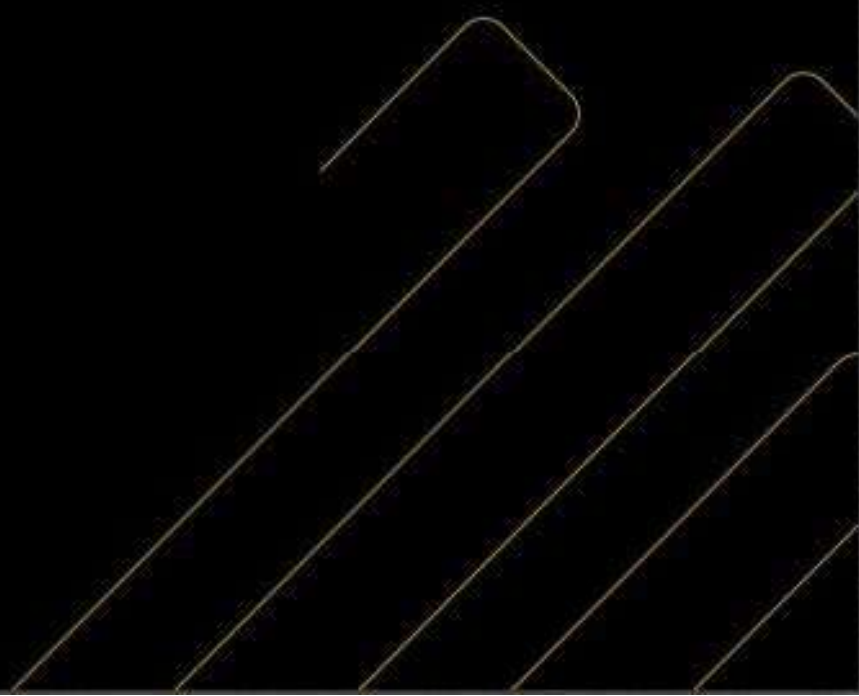
Paulo Eduardo Pereira

CRC 030018/O-3



tentoscap

Demonstrações Financeiras
EXERCÍCIO DE 2022



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ijuí/RS – março de 2023.

A Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (“TentosCap”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias determinadas na Lei 6.404/76, submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao segundo semestre e exercício do exercício de 2022, findado em 31 de dezembro.

O fechamento deste exercício contou com o aumento da carteira de crédito na ordem de 184%, atingindo o montante de 55 milhões de reais, crescendo não só quantitativamente, quanto qualitativamente, haja vista que 88% da totalidade da carteira se concentra atualmente nos ratings A e B. Ainda, fortaleceu-se o movimento de concentração por produto para o de Capital de Giro, findando o indicador de receitas com operações de crédito em 97,7%, no semestre.

Inobstante, o exercício de 2022 foi marcado por uma estiagem que culminou em perdas consideráveis ao público-alvo da Instituição, assim como na alteração do cenário econômico da região. Ademais, na linha do que elenca o Ipea¹, o período também envolveu o aumento e sustentação da inflação, e, conseqüentemente, a manutenção dos patamares atuais de taxas de juros, trazendo também a oscilação do Spread e a majoração dos riscos de crédito ao longo do semestre. Em virtude dos pontos elencados, notaram-se os primeiros casos de vencidos na carteira de crédito.

Ao mesmo tempo, mantém-se o cenário de estiagem no estado, havendo a decretação de situação de emergência por 254 dos 497 municípios², até a data de 08 de fevereiro de 2023. Portanto, a Instituição segue com seu foco em monitoramento ativo dos credores e suas capacidades de pagamento, prevendo um ligeiro aumento na inadimplência, já refletida nas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Entretanto, mesmo que a atenção seja voltada para a recuperação de créditos, seguem também os esforços em inovação e novos negócios, buscando alavancar o mercado da Instituição.

Isso porque, ao longo do primeiro semestre de 2023, a TentosCap lançou o seu Cartão de Crédito³, que busca impulsionar as linhas de crédito a partir do financiamento de faturas que podem ser pagas pelo cliente somente na safra, vencimento que casa com os fluxos de caixa dos produtores e clientes da empresa.

Por fim, a TentosCap apresentou no exercício um resultado de 1,650 milhões de reais (587 mil reais no segundo semestre), frente a uma receita de intermediação financeira de 8,134 milhões de reais (4,825 milhões de reais no segundo semestre). A Instituição segue focada em replicar os níveis de lucratividade e se coloca à disposição para prestar esclarecimentos à investidores, parceiros, acionistas e demais interessados.

¹ Instituto de Pesquisa Aplicada: Visão Geral da Conjuntura. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/category/sumario-executivo/>. Acesso em 10/03/2023.

² Brasil de Fato: Mais da metade dos municípios do RS emitiram Decreto de Situação de Emergência devido à seca. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/02/08/mais-da-metade-dos-municípios-do-rs-emitiram-decreto-de-situacao-de-emergencia-devido-a-seca>. Acesso em 10/03/2023.

³ TentosCap: Cartão TentosCap. Disponível em: <https://tentoscap.com.br/cartao-tentoscap>. Acesso em 10/03/2023.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos administradores e acionistas da **TENTOS S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO – TENTOSCAP.**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento – Tentos Cap**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento – Tentos Cap, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo,



e na formação de nossa opinião sobre as demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar dos assuntos abaixo, fornecem a base para a nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Financeira.

Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 55.702 (cinquenta e cinco milhões setecentos e dois mil reais), para o qual foram constituídas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 603 (seiscentos e três mil reais), sendo que durante o exercício foram reconhecidas receitas com operações de crédito no montante de R\$ 7.905 (sete milhões novecentos e cinco mil reais). A Administração exerce julgamento para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) das garantias recebidas para as operações de crédito concedidas, que podem impactar o nível de provisionamento a ser considerado; (iii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iv) do julgamento da Administração em relação à atribuição de “ratings” que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; e (v) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito.



Como nossa auditoria conduziu o assunto:

Nossos procedimentos de auditoria abordaram entre outros, o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) análise de garantias recebidas; (v) atualização tempestiva de informações dos tomadores de crédito; (vi) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal e (vii) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias.

Nossos testes do desenho e da operação dos controles forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria, os quais foram realizados sobre uma amostra de operações de crédito onde efetuamos (i) a análise da documentação que consubstancia a avaliação qualitativa da Financeira na determinação do risco de crédito para os itens selecionados, (ii) o recálculo do saldo devedor em aberto e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos “ratings” atribuídos e (iii) a confirmação de saldo diretamente com os tomadores de crédito selecionados.

Adicionalmente, procedemos testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, com base nos “ratings” atribuídos, bem como a avaliação dos critérios prudenciais estabelecidos pela Administração da Financeira para constituição de provisão de perda esperada adicional ao mínimo estabelecido pela Resolução 2.682/99 do CMN.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Financeira são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso pela administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Erechim (RS), 23 de março de 2023.

Allianssa Auditores Associados S/S
CRC RS 004627/O / CVM BCB 11.134
Luciana Todero Perin
CRC RS 068404/O-9



BALANÇO PATRIMONIAL
31 de dezembro de 2022 e 2021

(valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Disponibilidades	4	363	466
Títulos e valores mobiliários	5	1.385	1.429
Cotas de fundos de investimentos		1.385	1.429
Operações de crédito	6	48.299	19.457
Operações de crédito		48.829	19.900
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(530)	(443)
Outros Ativos	7	343	341
Total ativo circulante		50.390	21.693
Não circulante			
Operações de crédito	6	6.800	862
Operações de crédito		6.873	887
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(73)	(25)
Imobilizado	8	179	-
Intangível	9	66	66
Total ativo não circulante		7.045	928
Total do ativo		57.435	22.621

BALANÇO PATRIMONIAL
31 de dezembro de 2022 e 2021

(valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Depósitos a Prazo	10	36.768	2.004
CDB		8.195	2.004
Letras do agronegócio		28.573	-
Outros passivos	11	1.406	363
Obrigações fiscais		248	87
Obrigações sociais e trabalhistas		504	241
Outros passivos		654	35
Total passivo circulante		38.174	2.367
Não circulante			
Depósitos a Prazo	10	2.935	5.578
CDB		-	5.578
Letras do agronegócio		2.935	-
Total passivo não circulante		2.935	5.578
Patrimônio líquido			
	12		
Capital social		15.000	15.000
Reserva de lucros		1.326	-
Lucros (Prejuízos) acumulados		-	(324)
Total patrimônio líquido		16.326	14.676
Total passivo		57.435	22.621

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2º SEM 2022	31/12/2022	31/12/2021
Receitas da intermediação financeira		4.825	8.134	1.525
Operações de crédito	6.7	4.689	7.905	1.387
Resultado com operações títulos e valores mobiliários		136	229	138
Despesas da intermediação financeira		(1.855)	(2.628)	(614)
Operações de captação no mercado		(1.626)	(2.492)	(146)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(229)	(136)	(468)
Resultado bruto da intermediação financeira		2.970	5.506	911
Outras receitas (despesas) operacionais	13	(2.524)	(3.367)	(1.158)
Receitas de prestação de serviços		456	892	377
Despesas com pessoal		(1.024)	(1.678)	(973)
Despesas administrativas		(1.471)	(1.702)	(220)
Despesas tributárias		(192)	(348)	(101)
Outras despesas operacionais		(293)	(531)	(241)
Resultado operacional		446	2.139	(247)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		446	2.139	(247)
Imposto de renda e contribuição social	14	141	(489)	(77)
Lucro (prejuízo) do período		587	1.650	(324)
Lucro líquido por ação		0,03595	0,10107	(0,02208)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**Semestre findo em 31 de dezembro de 2022****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

(valores expressos em milhares de reais)

	2º SEM 2022	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	587	1.650	(324)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	587	1.650	(324)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
31 de dezembro de 2022 e 2021
Semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de lucros					Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reservas Especiais de Lucros	Lucros (prejuízos) Acumulados	
Saldos em 01/01/2021	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital	15.000	-	-	-	-	15.000
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	-	(324)	(324)
Saldos em 31/12/2021	15.000	-	-	-	(324)	14.676
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	-	1.650	1.650
Constituição de reservas	-	16	228	-	(244)	-
Dividendos	-	-	-	81	(81)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	1.001	(1.001)	-
Saldos em 31/12/2022	15.000	16	228	1.082	-	16.326
Saldos em 01/07/2022	15.000	-	-	-	739	15.739
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	-	587	587
Constituição de reservas	-	16	228	-	(244)	-
Dividendos	-	-	-	81	(81)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	1.001	(1.001)	-
Saldos em 31/12/2022	15.000	16	228	1.082	-	16.326

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(valores expressos em milhares de reais)

	<u>2ºSEM 2022</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) líquido do período	587	1.650	(324)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido com o caixa gerado nas atividades operacionais			
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	228	135	468
Ajustes por depreciação de ativos	9	9	-
(Aumento) Redução em ativos operacionais			
Operações de crédito	(26.144)	(34.915)	(20.787)
Outros ativos	(2)	(2)	(341)
Aumento (Redução) em passivos operacionais			
Obrigações fiscais	(291)	161	87
Obrigações sociais e trabalhistas	181	263	241
Outros passivos	313	619	35
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais:	(25.119)	(32.080)	(20.621)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de ativos imobilizados	(188)	(188)	-
Aquisições de ativos intangíveis	-	-	(66)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento:	(188)	(188)	(66)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Depósito a prazo	23.726	32.121	7.582
Integralização de capital social	-	-	15.000
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento:	23.726	32.121	22.582
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(1.581)	(147)	1.895
Modificação na posição financeira			
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	3.329	1.895	-
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	1.748	1.748	1.895
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(1.581)	(147)	1.895

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

Em 26 de janeiro de 2021, por meio de Assembleia Geral, foi constituída a Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("TentosCap"), com capital inicial de 15.000 (quinze milhões de reais). A instituição foi aprovada para funcionamento pelo Banco Central do Brasil no dia 16 de junho de 2021, conforme publicação feita no Diário Oficial da União.

A TentosCap tem por natureza do negócio ofertar operações de crédito mediante aplicação de recursos próprios. No seu primeiro exercício de atuação, suas atividades operacionais concentraram-se na oferta dos produtos Capital de Giro, Antecipação de Recebíveis e Crédito Consignado Privado.

Conforme descrito no Relatório da Administração, as operações estão de acordo com o previsto no Plano de Negócios, considerando as características das operações, intrinsecamente relacionadas à sazonalidade dos negócios de seus clientes.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, Lei do Sistema Financeiro Nacional (nº 4.595/1964) e normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil - Bacen e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, quando aplicável. Com intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações financeiras entre o padrão contábil previsto no Cosif em relação às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), o Banco Central através da Resolução CMN nº 4.818/2020, regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e através da Resolução BCB nº 2/2020 estabeleceu as diretrizes que passaram ser aplicadas a partir de 01/01/2021, de maneira prospectiva.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais operações e avaliações significativamente impactadas por estimativas são: provisões de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para passivos cíveis e tributários, valor justo dos instrumentos financeiros, impostos diferidos e vida útil do ativo imobilizado e intangível.

3. Principais critérios contábeis adotados

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme normas vigentes do CMN inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Operações de Crédito

As operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma "pro rata" dia. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN, a qual requer a classificação da carteira em nove níveis, sendo "AA" risco mínimo e "H" risco máximo. Ainda devem ser considerados os períodos de atrasos definidos conforme Resolução nº 2.682/1999 do CMN, para atribuições dos níveis de classificação dos clientes. As rendas de operações de crédito vencidas a mais de 60 dias são reconhecidas como receitas quando do seu efetivo recebimento, como determinado no artigo 9º da Resolução nº 2.682/1999 do CMN.

e) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Esta provisão está constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN e legislação complementar, conforme nota explicativa nº 6.

f) Imposto de Renda e Contribuição Social

Foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais) anual. A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 16%.

g) Resultados recorrentes e não recorrentes

A classificação em recorrente e não recorrente é apresentada de forma segregada e obedece à Resolução BCB nº 2/2020. Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades da Financeira ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele resultante de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. A avaliação para resultado não recorrente é realizada a cada semestre e em caso de ter algum evento será destacado em nota explicativa.

h) Utilização de Estimativas

Para a preparação das demonstrações financeiras ao viés das técnicas contábeis, demanda que a Administração faça uma previsão quanto ao valor de itens que considera as melhores evidências disponíveis e determine valores estimados e suposições que possam afetar alguns valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Assim, os resultados efetivos poderão ser díspares de tais estimativas.

4. Disponibilidades

Os valores em disponibilidades estão concentrados em contas correntes de Bancos Comerciais.

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos bancários	363	466
Disponibilidades totais	363	466

5. Títulos e valores mobiliários

Os valores de títulos e valores mobiliários estão aplicados em Cotas de Fundos de Investimentos.

	31/12/2022	31/12/2021
Cotas em fundos de investimentos	1.385	1.429
Títulos e valores mobiliários	1.385	1.429

6. Operações de crédito

As operações de crédito estão demonstradas contabilmente pelos seus níveis de vencimento, tipo de cliente e ramo de atividade, de acordo com a Resolução BACEN nº 2.682/99, pelos valores abaixo. As operações de crédito estão demonstradas contabilmente por nível de risco, vencimento, ramo de atividade e sua provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme segue:

6.1 Segregação das operações de crédito entre curto e longo prazo

	31/12/2022			31/12/2021		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Capital de giro	48.108	6.873	54.981	17.577	887	18.464
Crédito pessoal consignado	396	-	396	716	-	716
Crédito pessoal	325	-	325	107	-	107
Títulos descontados	-	-	-	1.500	-	1.500
Total da carteira de crédito	48.829	6.873	55.702	19.900	887	20.787
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(530)	(73)	(603)	(443)	(25)	(468)
Operações de crédito	48.299	6.800	55.099	19.457	862	20.319

6.2 Classificação por tipo de operação e prazo de vencimento

	Vencidas	A vencer			31/12/2022
		em até 3 meses	de 3 a 12 meses	de 1 a 3 anos	Total
Capital de giro	659	4.357	43.092	6.873	54.981
Crédito pessoal consignado	-	99	297	-	396
Crédito pessoal	-	81	244	-	325
Títulos descontados	-	-	-	-	-
Total da carteira de crédito	659	4.537	43.633	6.873	55.702
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(22)	(47)	(461)	(73)	(603)
Operações de crédito	637	4.490	43.172	6.800	55.099
% de operações por vencimento	1%	8%	79%	12%	100%

	Vencidas	A vencer			31/12/2021
		em até 3 meses	de 3 a 12 meses	de 1 a 3 anos	Total
Capital de giro	-	247	17.330	887	18.464
Crédito pessoal consignado	-	179	537	-	716
Crédito pessoal	-	27	80	-	107
Títulos Descontados	-	-	1.500	-	1.500
Total da carteira de crédito	-	453	19.447	887	20.787
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	(8)	(435)	(25)	(468)
Operações de crédito	-	445	19.012	862	20.319
% de operações por vencimento	0%	2%	94%	4%	100%

6.3 Composição por tipo de operação e nível de risco

	A	B	C	D	H	31/12/2022	
						Total	%
Capital de giro	22.128	26.151	6.391	311	-	54.981	99%
Crédito pessoal consignado	393	-	-	-	3	396	1%
Crédito pessoal	112	213	-	-	-	325	1%
Títulos descontados	-	-	-	-	-	-	0%
Total da carteira de crédito	22.633	26.364	6.391	311	3	55.702	101%
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(113)	(264)	(192)	(31)	(3)	(603)	-1%
Operações de crédito	22.520	26.100	6.199	280	-	55.099	100%
% de operações por rating	41%	47%	11%	1%	0%	100%	-

	A	B	C	D	H	31/12/2021	
						Total	%
Capital de giro	3.527	4.101	9.946	890	-	18.464	91%
Crédito pessoal consignado	716	-	-	-	-	716	3%
Crédito pessoal	9	98	-	-	-	107	1%
Títulos descontados	-	1.400	100	-	-	1.500	7%
Total da carteira de crédito	4.252	5.599	10.046	890	-	20.787	102%
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(22)	(56)	(301)	(89)	-	(468)	-2%
Operações de crédito	4.230	5.543	9.745	801	-	20.319	100%
% de operações por rating	21%	27%	48%	4%	0%	100%	-

6.4 Composição das perdas esperadas por percentuais de provisionamento por nível de risco

Nível de risco	Provisão %	31/12/2022		31/12/2021	
		Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão
A	0,50%	22.633	(113)	4.252	(22)
B	1,00%	26.364	(264)	5.599	(56)
C	3,00%	6.391	(192)	10.046	(301)
D	10,00%	311	(31)	890	(89)
H	100,00%	3	(3)	-	-
Operações de crédito		55.702	(603)	20.787	(468)

6.5 Movimentação da provisão por perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão constituída para perdas esperadas associadas ao risco de crédito apresentou a seguinte movimentação no exercício:

	2022	2021
Em 1º de janeiro	(468)	-
(-) Provisão para perdas esperadas	(432)	(486)
Perda esperada baixada	297	18
Em 31 de dezembro	(603)	(468)

6.6 Distribuição da carteira de crédito por setor de atividade e concentração por clientes

	31/12/2022		31/12/2021	
	Saldo	%	Saldo	%
Pessoas físicas	55.702	100%	20.787	100%
Setor privado	55.702	100%	20.787	100%

	31/12/2022		31/12/2021	
	Saldo	%	Saldo	%
Maior cliente	2.997	5%	1.760	8%
10 seguintes maiores clientes	16.983	30%	9.791	47%
20 seguintes maiores clientes	13.381	24%	5.270	25%
50 seguintes maiores clientes	15.639	28%	2.691	13%
100 seguintes maiores clientes	6.405	12%	968	5%
Demais clientes	297	1%	307	2%
Total da carteira de crédito	55.702	100%	20.787	100%

6.7 Composição das receitas de operações de crédito

	2º SEM 2022	%	31/12/2022	%	31/12/2021	%
Capital de giro	4.584	97,7%	7.523	95,2%	1.165	84,0%
Crédito pessoal consignado	83	1,8%	214	2,7%	95	6,9%
Crédito pessoal	21	0,4%	30	0,4%	3	0,2%
Títulos descontados	1	0,1%	138	1,7%	124	8,9%
Receitas de operações de crédito	4.689	100%	7.905	100%	1.387	100%

7. Outros créditos

Os saldos de outros créditos são compostos da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos	343	340
Outros recebíveis	-	1
	343	341

8. Ativo imobilizado

O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Não foram evidenciadas perdas no período, desta forma não se aplica a redução ao valor recuperável (*Impairment*). A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base na vida útil. O ativo imobilizado apresentou a seguinte movimentação:

	Veículos	Total
Custo		
Saldo em 31/12/2021	-	-
Adições	188	188
Baixas	-	-
Saldo em 31/12/2022	188	188
Depreciação		
Saldo em 31/12/2021	-	-
Depreciações	(9)	(9)
Baixas	-	-
Saldo em 31/12/2022	(9)	(9)
Valor residual		
Saldo em 31/12/2021	-	-
Saldo em 31/12/2022	179	179

9. Ativo intangível

O ativo intangível da instituição é composto pelo registro da marca da Instituição. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não devem ser amortizados. A Companhia testa a perda de valor desses ativos comparando o seu valor recuperável com o seu valor contábil, de acordo com orientação CPC 04 Item 107.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Marca e registros	66	66
	66	66

10. Depósitos a prazo

Os ativos captados consistem em títulos pré-fixados, com taxas já identificadas no momento do investimento, que variam de 10% a 15% ao ano e taxas pós-fixadas atreladas ao indicador CDI, com remuneração entre 85% e 115%. Os vencimentos ocorrem entre janeiro de 2023 e abril de 2024.

	Vencidos	A vencer			31/12/2022	
		em até 3 meses	de 3 a 12 meses	de 1 a 3 anos	Total	%
CDB	-	-	8.195	-	8.195	21%
Letras do agronegócio	-	150	28.423	2.935	31.508	79%
Depósitos a prazo	-	150	36.618	2.935	39.703	100%

Circulante 36.768

Não circulante 2.935

	Vencidos	A vencer			31/12/2021	
		em até 3 meses	de 3 a 12 meses	de 1 a 3 anos	Total	%
CDB	-	-	2.004	5.578	7.582	100%
Letras do agronegócio	-	-	-	-	-	0%
Depósitos a prazo	-	-	2.004	5.578	7.582	100%

Circulante 2.004

Não circulante 5.578

Movimentação registrada para os depósitos a prazo:

	2022	2021
Em 1º de janeiro	7.582	-
Captações no mercado	33.289	7.474
Apropriação de juros	2.468	94
Resgates do período	(3.495)	-
Deságios do período	(142)	-
Outras despesas de captação	1	14
Em 31 de dezembro	39.703	7.582

11. Outras obrigações

O montante de R\$ 1.406 no período atual representa, principalmente, as obrigações oriundas dos serviços utilizados na manutenção das atividades da Instituição, tais como os salários e demais encargos referentes a folha de pagamento, os tributos incidentes sobre as operações e fornecedores diversos.

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ a recolher	90	21
CSLL a recolher	83	36
PIS e COFINS	45	19
Outros impostos	30	11
Obrigações fiscais	248	87
Salários a pagar	109	107
Tributos sobre salários a pagar	62	60
Provisão de Férias a pagar	93	74
Programa de participação nos resultados	240	-
Obrigações sociais e trabalhistas	504	241
Fornecedores diversos	654	35
Outros passivos	654	35
Outras obrigações	1.406	363

12. Patrimônio líquido

Capital Social: o capital social subscrito e integralizado é de 15.000 (quinze milhões de reais) e pertencente a acionistas domiciliados no País. Ele é representado por 15.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Lucros ou Prejuízos Acumulados: a instituição apresentou R\$ 1.650 (um milhão seiscientos e cinquenta mil reais) de lucro.

Dividendos: conforme estatuto social da Instituição, o dividendo mínimo obrigatório não deverá ser inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado.

13. Outras receitas (despesas) por função e natureza

Demonstrativo das despesas e receitas por função e natureza conforme CPC 26:

	2º SEM 2022	31/12/2022	31/12/2021
Por função	(2.524)	(3.367)	(1.158)
Receitas de prestação de serviços	456	892	377
Despesas com pessoal	(1.024)	(1.678)	(973)
Despesas administrativas	(1.471)	(1.702)	(220)
Despesas tributárias	(192)	(348)	(101)
Outras despesas operacionais	(293)	(531)	(241)
Por natureza	(2.524)	(3.367)	(1.158)
Receita com confecção de cadastro	456	892	377
Despesas com pessoal	(753)	(1.398)	(958)
Programa de participação nos resultados	(240)	(240)	-
Despesas com viagens	(31)	(40)	(15)
Manutenção de software	(375)	(403)	(36)
Serviços de terceiros	(994)	(1.140)	(127)
Despesas com marketing	(30)	(43)	(32)
Outras despesas administrativas	(63)	(107)	(25)
Depreciação de veículos	(9)	(9)	-
Despesas tributárias	(192)	(348)	(101)
Licenças e consultas ao sistema financeiro	(289)	(527)	(241)
Outras despesas operacionais	(4)	(4)	-

14. Demonstração do cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro.

A instituição está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real anual e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social.

	2º SEM 2022	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do IRPJ e CSLL	446	2.139	(247)
Adições	242	263	468
(Exclusões)	-	(108)	-
Juros sobre o Capital Próprio	(1.001)	(1.001)	-
Base de Cálculo	(313)	1.293	221
IRPJ à alíquota de 15%	47	(194)	(33)
IRPJ à alíquota de 10% sobre adicional	43	(105)	-
CSLL à alíquota de 16%	51	(190)	(44)
IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	141	(489)	(77)
Total	587	1.650	(324)

15. GERENCIAMENTO DE RISCO

A estrutura de gerenciamento de riscos da TentosCap atende às exigências regulatórias e é compatível com seu porte e apetite ao risco, conforme disposto abaixo.

Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associados ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A TentosCap desenvolveu e aplica métodos criteriosos de análise do risco de crédito envolvido em cada operação, assegurando a sua mitigação.

Risco de liquidez

Trata-se da possibilidade de ocorrência de um descasamento entre os fluxos de pagamento e de recebimento, gerando, desse modo, incapacidade de a instituição honrar seus compromissos financeiros.

A gestão do risco de liquidez pela TentosCap consiste em um conjunto de processos que visam garantir a capacidade de pagamento da instituição, considerando o planejamento financeiro, os limites de risco e a otimização na utilização dos recursos disponíveis.

Risco operacional

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A TentosCap possui diferentes níveis de controles internos que monitoram todas as atividades geradoras de riscos. São feitas avaliações periódicas com o objetivo de identificar novos riscos inerentes aos processos, bem como verificar a eficácia dos controles em uso. Com base nos resultados dessas avaliações periódicas, planos de ação são definidos para mitigar os riscos identificados, gerando novos controles ou melhorando os já existentes.

Risco socioambiental

O risco socioambiental está relacionado aos potenciais danos que uma atividade pode causar à sociedade e ao meio ambiente. Riscos socioambientais associados às instituições financeiras, por sua vez, são, em sua maioria, indiretos, reflexo das relações de negócios estabelecidas com clientes responsáveis por danos socioambientais.

Para mitigar esse risco, todas as operações de crédito passam por análise criteriosa de indícios socioambientais que mitigam sua probabilidade de materialização.

Risco de segurança cibernética

A possibilidade de ocorrência de incidente de segurança relacionado ao ambiente cibernético que cause danos ou coloque em risco a confidencialidade, a integridade ou a disponibilidade dos dados da TentosCap ou por ela controlados está devidamente monitorada e controlada. A instituição adota diversos mecanismos de controle, dispostos em sua Política de Segurança Cibernética, que mitigam satisfatoriamente o risco.

Gestão de capital

A estrutura de gerenciamento de capital da TentosCap utiliza mecanismos que possibilitam a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Exigido, a otimização do uso do capital e a antecipação das necessidades futuras de aumento de capital para sustentar os objetivos estratégicos.

Risco de mercado

As medidas de mitigação do risco de mercado, atendendo ao grau de exposição da instituição, têm como base a diversificação dos produtos das carteiras ativa e passiva, bem como o estabelecimento de spreads mínimos pretendidos para cada produto, considerando as taxas de juros cobradas nas concessões de crédito e as taxas juros praticadas na captação de recursos, objetivando manter o equilíbrio na relação entre risco e retorno.

Limite operacional (Basileia)

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5. Ela encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basileia Simplificado ficou em **36,40%**.

17. Plano de Implementação da Resolução 4966/2021

A Resolução CMN nº 4.966/2021, estabeleceu os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025.

Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros conforme critérios relativos a modelos de negócios, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problema de crédito.

A Lei nº 14.467/2022 altera, a partir da sua vigência, o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e

demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL.

Tanto a Lei 14.467/2022 quanto a Resolução 4966/2021 entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação da Instituição.

O Plano de Implementação do referido normativo está segregado em três linhas principais: Constituição de fóruns e comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação; Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

O cronograma do Plano de Implementação foi definido tendo como premissa a divisão do trabalho conforme os tópicos a serem implementados, em atividades a serem cumpridas que vão desde o início de 2023 até o final de 2024, sendo que ainda depende de normas complementares a serem emitidas pelo BACEN para adoção de critérios e metodologias opcionais. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados mais adiante, após a definição completa do arcabouço regulatório por parte do Banco Central do Brasil.